

# Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

## Universidades Lusíada

Carvalho, José Eduardo dos Santos Soares, 1939-

### Nota de abertura

<http://hdl.handle.net/11067/5173>

### Metadados

<b>Data de Publicação</b>	2011
<b>Palavras Chave</b>	Política económica Século 21, Desenvolvimento económico
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	Não
<b>Coleções</b>	[ULL-FCEE] LEE, n. 12 (2011)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T12:19:23Z com informação proveniente do Repositório

## NOTA DE ABERTURA

Hoje o mercado é o mundo. As visões que nos apresentaram Adam Smith, David Ricardo, Stuart Mill, Joseph Schumpeter, e outros percursores da teoria económica, pedem reflexão. O movimento da evolução tecnológica e interdependência dos mercados, promovem mudanças cada vez mais rápidas, impactos sucessivamente mais fortes, capital humano aceleradamente pressionado para acompanhar o nível de concorrência internacional.

O mundo passou por mudanças drásticas. Distâncias que até ontem eram percorridas em alguns meses, hoje são percorridas em algumas horas. Mensagens que demoravam vários dias para serem entregues aos seus destinatários, hoje são instantâneas. Nunca a humanidade produziu tantos bens e serviços quanto na actualidade. Em pouco mais de 250 anos a humanidade desenvolveu-se muito mais que em todo o período anterior da sua história.

A partir da segunda metade do século XVIII deram-se saltos quantitativos e qualitativos na capacidade de produção, com o surgimento de novos materiais, como o carvão mineral substituindo o carvão vegetal, o ferro derretido com coque, a energia a vapor e a mecanização das indústrias têxteis e do vestuário. Simultaneamente, a divisão do trabalho sofreu pronunciada transformação, com efeitos significativos tanto na estrutura ocupacional quanto no conteúdo dos postos de trabalho.

Entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX tomou forma uma nova onda de inovação, com a descoberta de outros materiais, como o aço e o petróleo, da energia eléctrica, do motor a combustão, do telégrafo, do telefone, e muitos mais. A simplificação e o esvaziamento do conteúdo das tarefas imprimiram alterações substanciais na organização do trabalho, na diferenciação das ocupações e na desqualificação da mão-de-obra, abrindo a possibilidade para o emprego de trabalhadores menos qualificados.

A partir dos anos 1970, um novo paradigma tecnológico começou a ganhar força, com uma capacidade de expansão diferente de tudo que se viu anteriormente. A onda de inovações sobretudo nos campos da informática, telemática e biotecnologia, transformaram o padrão do trabalho nas mais diversas actividades económicas. O mundo iniciou uma nova era de intercâmbio, um processo muito mais forte no processo de globalização, o que acabou por

afectar o mercado de trabalho dos países. O mercado é cada vez mais exigente em formação e competências. O conhecimento humano avança numa velocidade jamais vivida anteriormente. As carreiras passam por mudanças importantes: uma pessoa hoje, na faixa etária dos 60 anos, tem ainda grande possibilidade de se aposentar tendo exercido uma única profissão; os jovens que agora ingressam no mercado de trabalho, provavelmente irão exercer 3 ou 4 profissões diferentes antes de se aposentarem. Tudo isto decorrência de um fenómeno que acelera mudanças tecnológicas, económicas e sociais.

Existem três mercados básicos na economia: o mercado de produtos e serviços, o mercado de capitais e o mercado de trabalho. O mercado dos produtos e serviços e o mercado de capitais foram paulatinamente internacionalizados, com a queda de barreiras alfandegárias e o intercâmbio do comércio entre os países. Se o preço de um bem é maior num país do que em outro, as empresas do país onde o preço é menor exportam para aqueles onde o preço é maior, reduzindo o preço neste último mercado. Da mesma forma, se as taxas de juro ou as taxas de lucro são maiores num país que noutra, os fluxos de capitais se encarregam de equilibrar os dois mercados. Como os capitais são livres de emigrar entre países, as empresas tendem a investir nos países com custos de produção mais baixos e exportar para países com custos de produção mais elevados, gerando desemprego nestes últimos. Portanto, todo o desequilíbrio acaba se manifestando no mercado de trabalho, já que os outros mercados se equilibram rapidamente.

Neste paradigma da globalização, o mercado de trabalho vive uma situação paradoxal. A legislação do trabalho assenta ainda nos pressupostos criados na segunda metade do século XX, com a expansão generalizada do conceito de empregado - mais que trabalhador - estável numa determinada organização, de duração indeterminada, a tempo completo e assistido de todas as regalias sociais. O problema está na capacidade de acomodar a legislação do trabalho a uma nova dinâmica que prima pela mobilidade, por formas de inserção não convencionais ou não previstas no quadro legal anterior.

Por exemplo, a análise que explica o aumento das desigualdades, assente na distinção entre o trabalho “qualificado” e o trabalho “não qualificado”, e que conclui que a globalização económica atinge, sobretudo, este último, é uma análise errada. A classificação tradicional do trabalho - “qualificado” e “não qualificado” - deve ser substituída pela classificação de “trabalho protegido” e “trabalho competitivo”. O trabalho altamente qualificado, pode também ser vítima da globalização. Um trabalhador competitivo é o que, em virtude daquilo que produz, está em competição com outros trabalhadores situados em outros territórios e que pode perder o emprego se a sua competitividade diminuir em relação aos outros.

O trabalho *protegido* é o tipo de trabalho que, no seio de um território, só está em competição com outros trabalhadores situados no mesmo território, na produção de bens e serviços não sujeitos à competição internacional. O trabalho

*competitivo* é o tipo de trabalho que, no seio de um território, está sujeito à competição com o trabalho originário de outros territórios. Logo, o trabalhador que se mantém no seu território é porque é capaz de suportar a competição dos trabalhadores competitivos situados em outros territórios. A alternativa será mudar-se do seu território e desenvolver a profissão nos outros mercados. É, portanto, esta distinção que permite compreender melhor em que sectores aumentam as desigualdades entre trabalhadores.

Uma outra ideia, erradamente aceite, diz que muito do desemprego é causado pela introdução de novas tecnologias nos processos produtivos de bens e serviços. Todos os bens e serviços mercantis caracterizam-se por dois parâmetros temporais: o tempo consagrado à produção e o tempo consagrado ao consumo. Os sectores de actividade, em que estes tempos diminuam com o progresso técnico, sofrem o efeito, gradual, de maior disponibilidade de trabalho. Logo, o progresso incide de forma diferenciada em duas categorias de sectores. Por um lado, os sectores de bens e serviços cujos tempos de produção e/ou consumo *diminuem* com o progresso técnico, designadamente, os bens matérias de consumo de massas (e.g. “fast-food”, comunicações, transportes). Por outro lado, os sectores de bens e serviços cujos tempos de produção e/ou consumo *não diminuem*, qualquer que seja o progresso técnico (e.g. ensino, consultas médicas e jurídicas, restauração de luxo).

É verdade que a realidade dos dias de hoje se nos apresenta preocupante. Mas as explicações sobre esta realidade e avaliação de suas implicações sociais não alcançam consenso. Ao invés, resultam em conclusões pautadas por divergências, polémicas e controvérsias, em que perspectivas optimistas se confrontam com perspectivas pessimistas. Longe de darmos respostas concludentes, escolhemos como dossier temático deste número de “Lusiada – Economia & Empresa” o tema “A reorganização do mundo do trabalho na economia competitiva”.

Quatro artigos dão corpo ao dossier: “O emprego e o desemprego em perspectiva” analisa a situação actual relacionando-a com a situação económica e a forma como a problemática qualitativa tem vindo a ser tratada; “Auditoria e competitividade organizacional” aborda a problemática da auditoria e competitividade das organizações centrado no factor humano; “Learning - conceito de eficácia da aprendizagem nas organizações do século XXI” foca o conceito de eficácia da formação profissional como reflexo das novas ferramentas tecnológicas para a distribuição do conhecimento; “A presença de ética nas Empresas” apela para a “altura humana” nas organizações, apontando para a necessidade de uma cidadania social cosmopolita, em ordem à protecção e dignidade das pessoas.

Na secção dissertações/teses, a revista inclui três artigos: “Auditoria interna: objectivos, organização e funcionamento” dissertação com particular incidência nos princípios e códigos que devem nortear a auditoria nas Empresas; “Welfare and the third sector” reflecte sobre o modelo de gestão financeira, relativamente ao “preço-justo” para as respostas sociais do 3º sector português, com particular incidência na componente escolar dos recursos humanos; “As tecnologias da informação para

*a eficácia da comunicação interna na Empresa*” uma tese com incidência no estudo da problemática das TIC nas PME’s da Euro-Região Norte de Portugal e Galiza.

A secção “vários” inclui dois artigos, com incidência na esfera macroeconómica: “*Uma análise multidimensional do impacto das crises financeiras internacionais*” aborda o tema numa perspectiva que parte da análise regional para a análise global; “*Nos 75 anos da Teoria Geral - uma prequela*”, coloca em causa que a macroeconomia tenha surgido com a obra mais conhecida de Keynes, publicada em 1936, porquanto ela não surgiu isolada de um conjunto anterior de contribuições, algumas das quais reconhecidas pelo autor.

Boa leitura!

O DIRECTOR  
*José Eduardo Carvalho*